

## A LÍNGUA E SEUS DESLOCAMENTOS PARA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

Vanda Mari Trombetta (UTFPR)<sup>1</sup>

**Resumo:** O estudo objetiva compreender a noção de língua na perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa, interessa-nos apresentar os deslocamentos provocados pela teoria quando se considera que o papel do sujeito não vem isolado do funcionamento da linguagem. Para isso, apresentamos, inicialmente, o conceito de linguagem e língua, destacando algumas noções que a teoria passou a trilhar tais como: língua como trabalho simbólico, interdiscurso e intradiscurso, ordem material da língua, opacidade e equívoco. Duas ideias que fazem parte das formulações de Michel Pêcheux, são trabalhadas também no estudo, a de que a língua é um sistema e possui, portanto, uma organização, uma estrutura, e a de que a língua é uma instituição social, logo um acontecimento, uma vez que o sentido que decorre dessa estrutura não é compreendido como uma unidade fixa, uma vez que é histórico e, por isso, pode deslizar para outro. Logo, não se concebe a língua apenas como sistema linguístico, mas como um sistema significante, capaz de falhas concertada pela ação do homem.

**Palavras-chave:** Língua. Simbólico. Deslocamentos. Equívoco.

**Abstract:** The study aims to understand the notion of language in the theoretical perspective of the Discourse Analysis of the French line, we are interested in presenting the displacements caused by the theory when considering that the role of the subject does not come isolated from the functioning of language. For this, we initially presented the concept of language and language, highlighting some notions that the theory started to follow, such as: language as symbolic work, interdiscourse and intradiscourse, material order of language, opacity and misunderstanding. Two ideas that are part of Michel Pêcheux's formulations are also worked on in the study, that language is a system and therefore has an organization, a structure, and that language is a social institution, therefore an event, since the meaning that results from this structure is not understood as a fixed unit, since it is historical and, therefore, it can slide into another. Therefore, language is not conceived only as a linguistic system, but as a significant system, capable of failures fixed by the action of man.

**Keywords:** Language. Symbolic. Displacements. Misconception.

---

<sup>1</sup>Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) – Pato Branco, Paraná.

## Introdução

Muitas correntes linguísticas excluíram o sujeito de seu campo teórico. Por exemplo, o corte epistemológico de Saussure excluiu-o, considerando-o elemento suscetível de perturbar a análise do objeto científico: língua objetivada, padronizada. Na teoria gerativista, o sujeito é somente uma posição estrutural que se alterna entre as formulações bem estruturadas (gramaticais) e mal formuladas (agramaticais). Assim, o papel do sujeito na linguística dependendo da perspectiva teórica seguida vem isolado do funcionamento da linguagem. Interessa-nos estudar a língua na perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa, teoria a qual lança um olhar singular a língua pois traz consigo à questão do sujeito e sua relação na/pela linguagem. Por isso, o propósito, é buscar compreender de que forma a noção de língua trabalhada na AD contribui para explicar a multiplicidade dos sentidos e quais as novas relações estabelecidas para a linguística.

## Linguagem e língua

Ao pensar a linguagem como produto simbólico, reconhecemos que há muitos modos de significar a matéria significante, uma vez que tem “plasticidade” (ORLANDI, 1996a, p.12), assim, a matéria significante adquire sentido de acordo com as representações ideológicas que o sujeito constrói ao enunciar. Com base nessa posição, admitimos que a “relação do homem com o pensamento, com a linguagem não é direta assim como a relação entre linguagem e pensamento, e

linguagem e mundo tem também suas mediações” (p.12). Mediação, aqui, é considerada pelo fato de que a ideologia<sup>2</sup> constitui não somente o sujeito, mas também a matéria significativa, uma vez que o significante está sempre na dependência da relação que o homem estabelece com o meio em que vive, da direção que o homem decide estabelecer com o significante. Desse modo, os sentidos não emanam das palavras, mas da relação que o sujeito estabelece com elas, do olhar interpretativo que lhes lança.

Pensar a língua por esse viés, diz Orlandi (1996a), é não considerar a língua como um sistema absolutamente autônomo, uma vez que permite explicitar somente as regularidades do funcionamento da linguagem: as sistematicidades sintáticas, morfológicas, fonológicas. A AD trabalha com a linguagem, definida como “ação sobre a natureza e ação concertada pelo homem” (ORLANDI, 1988a, p.17). “É prática: mediação, trabalho simbólico [...]. É ação que transforma que constitui identidades” (ORLANDI, 1996a, p.28). Assim, língua e sujeito se constituem mutuamente, logo, a AD defende que não há pensamentos e ideias anteriores à linguagem, mas que vão sendo, sim, construídos à medida que o sujeito interage com o mundo por meio da linguagem.

A linguagem é vista “como constituinte da própria condição da espécie, o homem não está isolado nem de seus produtos (cultura), nem da natureza” (ORLANDI, 1988a, p.17). E, é por meio de linguagem que o homem produz ação, interagindo com a realidade natural e social, pois, ao enunciar, singulariza-se.

---

<sup>2</sup>Pêcheux cunha o termo “ideologia em geral” (1995, p.151) por acreditar que a ideologia não se processa somente nos aparelhos ideológicos do Estado, mas se caracteriza em uma “estrutura e um funcionamento” que permite pensar “o homem como animal ideológico”. O autor (1995, p.152) justifica que “é no interior desse processo natural-humano que a Ideologia é eterna”.

Reconhecer a língua como trabalho simbólico significa compreender “que a ordem humana não é reflexo da natureza, mas o resultado de um trabalho sobre ela”, uma vez que “a realidade psíquica do sujeito não é reflexo de seu corpo biológico, as relações sociais não são a extensão de necessidades naturais comuns nem os sentidos emanam das coisas do mundo” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2005, p.19), mas das representações que são sempre reflexos das relações com o meio em que vivemos. Desse modo, essas representações são sempre determinadas num dado momento histórico, numa dada sociedade.

Nessa perspectiva, recusa-se a oposição entre conotação e denotação, pois as palavras não estão coladas às ideias ou às coisas, isto é, ao se reelaborar maneiras de dizer, produzem-se diferentes sentidos, estabelecendo-se diferentes relações imaginárias (LAGAZZI-RODRIGUES, 2006, p. 88). Para a AD o sujeito, ao enunciar, deixa-se representar no discurso por determinados lugares, que se estabelecem pelas formações imaginárias que designam os papéis que ele atribui a si e ao seu interlocutor. Nas palavras de Pêcheux (1995, p.160), “o sentido de uma palavra, de uma expressão [...] não existe ‘em si mesmo’”, de modo que não há literalidade entre as palavras, não há uma relação transparente entre significado e significante. Portanto, perde significância falar em sentido próprio ou figurado das palavras, uma vez que as palavras, logo, os sentidos, são constituídas com base nas representações que o sujeito constrói.

O conceito de linguagem então é ressignificado, visto que não se concebe mais uma língua empírica e abstrata, mas materialmente constituída, ou seja, como uma forma linguístico-histórica, discursiva. A mudança terminológica, por sua vez, significa não mais trabalhar a língua apenas como um sistema de signos ou como

sistema de regras formais, mas tomar a língua no mundo, com as diferentes maneiras de se significar, considerando, em consonância com Orlandi (2001, p.16), a produção de sentidos como parte da vida dos homens. Isso significa que a língua não é somente estrutura, mas também acontecimento, existindo na relação necessária com a história e com o equívoco. Portanto, considera-se a língua um fato que produz sentido em razão de seus processos e condições de produção, não só no sentido estrito – circunstâncias de enunciação, contexto imediato – mas no contexto sócio-histórico, ideológico.

Logo, não se concebe a língua apenas como sistema linguístico, mas como um sistema significante, capaz de falhas concertada pela ação do homem. Por essa razão, a AD evoca o discurso para objeto de análise. Para compreender discurso como um objeto do qual se ocupa uma disciplina específica, é necessário compreender que “não é a língua, nem o texto, nem a fala” (FERNANDES, 2005, p.20). Discurso é lugar em que o linguístico e o social se articulam; é no discurso que o homem constrói identidades, pois “significa o mundo e se significa, e a relação mundo-linguagem se assenta na ideologia” (ORLANDI, 1996a, p.28). É no discurso que o homem estabelece relações, significando a si e ao meio em que vive; é, pois, também ação e confronto ideológico entre homens e meio social. Portanto, é no discurso que o sujeito, ao enunciar, professa modos de viver numa realidade social e histórica, demonstrando que ocupa e como ocupa determinadas posições nas relações sociais.

Ao considerar como estruturais fatos linguísticos tidos sempre como marginais pelas ciências da linguagem formalistas, eliminar-se-ia a polêmica de uma visão concêntrica de língua que comportaria um núcleo, as margens e um exterior,

de acordo com Leandro Ferreira (1998). Nessa mesma direção, Mittmann (2007, p.88) afirma que a AD “não trabalha com uma língua comportada [...] represada, mas com a língua do cotidiano, que considera estruturais fatos linguísticos como os do equívoco, da ambiguidade, os quais não mais perturbam a ordem do sistema, pois são inerentes a ela”.

### **Interface entre sintaxe e discurso**

Embora a teoria saussureana não dê conta de explicar o funcionamento da língua pela ideologia, um conceito teórico constituinte do arcabouço teórico da AD, a estrutura estudada por Saussure permite-nos chegar a esse funcionamento, ou seja, se tomarmos a definição de língua feita por Saussure como sistema de signos e seu uso determinado pela combinação de dois eixos – o das combinações e o das seleções – podemos fazer deslocamentos e trazer para a reflexão duas categorias trabalhados na AD: o interdiscurso<sup>3</sup> e intradiscurso<sup>4</sup>.

Para Saussure, quando dois ou mais elementos se relacionam no eixo das combinações, tem-se o sintagma; no eixo das seleções, quando os elementos

---

<sup>3</sup>De acordo com Coracini (2007, p.9), “fragmentos de múltiplos discursos que constituem a memória discursiva [...], fragmentos esses que nos precedem e que recebemos como herança. [...] são as inúmeras vezes, provenientes de textos, de experiências. Essa rede conforma e é conformada por valores crenças, ideologias, culturas que permitem aos sujeitos ver o mundo de uma determinada maneira e não de outra, que lhes permitem ser, ao mesmo tempo, semelhantes e diferentes”.

<sup>4</sup>Objetos de discurso que são materializados na enunciação e já foram elaborados no interdiscurso. Designa o ato da formulação do que dizemos em um certo momento, em determinadas condições. O interdiscurso – o já-dito e esquecido –, ao passo que o intradiscurso – o que se está dizendo em dado momento dado, em condições dadas. O intradiscurso aliado ao interdiscurso representa o dizível.

selecionados partem de um modelo ou padrão, tem-se o paradigma. Segundo Saussure, na constituição de qualquer signo ocorrem as duas relações. No entanto, o que não está dito, e é o que instiga a AD, é como essas escolhas e combinações são feitas. Para a AD elas são resultantes de um efeito ideológico, já que o sujeito está afetado pelo inconsciente<sup>5</sup> e pelo ideológico<sup>6</sup>.

Para a AD, no eixo sintagmático pode ser pensado o intradiscurso. Essa relação de possibilidade de substituição não é realizada como se as palavras tivessem um sentido evidente, uma vez que defende que a formulação de um discurso se mantém em dependência com o interdiscurso, isto é, quem determina as escolhas do sujeito é sua filiação às formações discursivas<sup>7</sup>. Assim, as palavras não são literais, mas reveladoras dos sentidos socialmente constituídos que o sujeito estabelece com a sociedade. O interdiscurso é uma determinação externa, que pode ser o espaço organizador da repetição, ou a da transformação do enunciado, entretanto está sujeito ao esquecimento. É essa espécie de memória (interdiscurso) que determina a formulação do intradiscurso, que o atravessa, que o constitui.

A estrutura linguística, na concepção da AD, não é apenas um princípio de classificação da língua, nem a definição de um sistema de signos que exprimem

---

<sup>5</sup>Com os estudos freudianos, verifica-se que o sujeito passa a ser concebido com características bastante singulares – clivado, assujeitado, submetido ao inconsciente –, ou seja, com Freud (1920), vem à tona a terceira ferida narcísica: o homem não é mais o centro de si mesmo, uma vez que inconsciente se põe habitante. Lacan (1966), por sua vez, ao fazer uma releitura dos estudos de Freud afirma que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, uma vez que subjacentemente às nossas palavras, outras palavras ressoam, como se o discurso fosse constituído pelo discurso do Outro, do inconsciente.

<sup>6</sup>A ideologia é compreendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo um processo que está no inconsciente; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto.

<sup>7</sup>Todo o sujeito, ao construir seu discurso, está inscrito em uma determinada formação discursiva. A FD, para Pêcheux & Fuchs (1997), determina o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada. A FD representa um lugar de articulação entre língua, discurso e sujeito, tratando, assim, das relações entre os discursos e a sociedade na qual o sujeito está inserido.

ideias. Conforme Dorneles (1999, p. 154), “na estrutura há lugar para um impossível de ser contornado, mas impossível de estar ausente: o real. Um real de três ordens: a do inconsciente, a da língua e a dos processos sócio-históricos”. Apoiada em Milner (1987), a autora lembra que na AD o real da língua significa o impossível de “se dizer”, o impossível de “não se dizer”; o real da língua “se coloca como um ponto insistente que afetará todas as ‘investidas’ linguísticas do sujeito”. (DORNELES, 1999, p. 155).

Nessas investidas, o sujeito não tem a posse do real, visto que não é acessível no seu todo. O conhecimento construído não significa o real, mas, sim, uma realidade construída no e pelo discurso. Mariani (1988, p.91), apoiada em Gadet e Pêcheux (1981), afirma que o real da língua se encontra na disjunção entre a ordem própria da língua com seus efeitos e uma ordem exterior. Esta ordem exterior são as coerções do sistema, é a estrutura da língua que organiza a sintaxe – as coerções gramaticais. Por outro lado, a ordem própria da língua é reconhecida por Gadet e Pêcheux como a possibilidade da estrutura da língua de deslizar, de modo que os significantes produzem outros sentidos, o real da língua.

Em virtude do exposto, a sintaxe não constitui, continuam Gadet e Hak (1997, p.176), “o domínio neutro de regras puramente formais, uma vez que organiza um modelo de compreensão da frase e pode constituir um acesso à ordem da língua”. É, então, na interface entre a sintaxe, como ordem simbólica da língua, e o discurso, como processo de produção de sentido que vão se situar os fatos da língua, os quais “brincam com a língua em seus próprios limites e que jogam com as regras e sobre elas”. Essa interface é “o lugar de examinar o equívoco, as ambiguidades e os deslizamentos de sentido”, já que, de acordo com Leandro Ferreira (2000, p.13), há

na estrutura sintática um espaço que põe a materialidade histórica funcionar. A sintaxe que interessa à teoria do discurso, como lugar de observação para compreender fatos da língua que perturbam a ordem do sistema, é a que admite a possibilidade do equívoco.

### **A língua é da ordem material, da opacidade e do equívoco**

A língua, para Orlandi (2005, p.17-18), “é da ordem material”, o simbólico está sujeito a múltiplos efeitos de sentidos, os quais têm, no real da língua, no equívoco, a possibilidade de emergência. Orlandi (p.77) afirma que língua “é estrutura não fechada em si mesma, sujeita a falhas”, ou seja, não há língua perfeita, nem estrutura acabada, porque há um sujeito para desestabilizar esse sistema. Este sujeito que não é homogêneo, uma vez que é e está sempre sendo (re)organizado em relação à exterioridade, compreendida com base no contexto histórico-ideológico. Assim, na relação entre estrutura do sistema linguístico, da regra estabilizada, e o sujeito que a significa, há sempre movimento dos sentidos.

Os enunciados, portanto, segundo Leandro Ferreira (2000, p.24), podem sempre escapar à organização da língua. É nesse espaço que se localizam as falhas que são estruturantes e próprias à ordem da língua, é o lugar da incompletude da língua. A autora diz que isso acontece porque a língua é

um sistema passível de jogo, as marcas significantes da língua são capazes de deslocamentos, de transgressões, de rearranjos. E isso faz com que um determinado segmento possa ser ele mesmo outro, através da metáfora, da homofonia, dos lapsos da língua, dos deslizamentos sêmicos, enfim de jogos de palavras e da dupla interpretação de efeitos

discursivos.<sup>8</sup> (LEANDRO FERREIRA, 2000, p.108).

Como a linguagem é sempre passível de equívoco, os sentidos não se fecham, estão em curso, pois “há muitos modos de significar e a matéria significante tem plasticidade, é plural”. (ORLANDI, 1996, p.9). Michel Pêcheux afirma que o equívoco é constitutivo da língua, de modo que não há enunciado sem falha. Assim,

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro. [...] Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar de interpretação. (PÊCHEUX, 1997a, p.53)

Assumido como fato estrutural, o equívoco é implicado pela ordem do simbólico, uma vez que não se refere somente a fatos de linguagem que poderiam ser reportados aos lapsos e atos falhos estudados pela psicanálise, nem a problemas de conteúdo, pois faz parte do próprio processo de interlocução

uma vez que o signo desliza, ainda que se tente fixar-lhe um sentido, porque os sujeitos envolvidos na interlocução são sempre descentrados – não apenas pelos complexos mecanismos de formação de uma subjetividade sempre em

---

<sup>8</sup> Reportamo-nos aos exemplos de Leandro Ferreira (2000, p.112,113), tese de doutorado, para elucidar o tema: Brincadeiras de crianças:

a) Qual é o céu sem estrelas? (o céu da boca) há um jogo polissêmico com o termo céu em paralelismo com o sintagma céu da boca (abóbada palatina).

b) Estou sempre na guerra, mas fujo do canhão. Estou na porta, mas nunca entro na casa. Estou na flor, mas não na planta. Quem sou eu? (a letra R), analisa-se o chiste com a brincadeira da letra R. Nos pares, alerta a autora, há semelhanças de campo semântico, contudo a diferença expressa-se com o mas, que é operador contrastivo.

Propagandas em jornais (p.115) que trabalham um mesmo tipo de produto (imóveis) e investem no apelo, forma lúcida e na duplicidade de efeitos discursivos:

a) Ganhe a vista, pagando a prazo! (comprando um apartamento no Sollar Village você ganha uma vista maravilhosa para o rio Guaíba), observa-se, explicita a autora, um jogo de oposições sintáticas entre dois sintagmas: um SN (ganhar a vista) e um SP (pagar a prazo), ambos têm a mesma distribuição na estrutura frasal, mas desempenham funções distintas, respectivamente, complemento verbal e complemento circunstancial. Assim o anúncio foi construído usando o estratagema de pôr os dois sintagmas a vista/a prazo”. (LEANDRO FERREIRA, 2000, p.116)

processo, mas também pelas suas determinações sócio-históricas em uma dada época e pelos múltiplos interesses, às vezes contraditórios, que movem os interlocutores (como nas situações de humor, ou de disputa, por exemplo, em que o horizonte axiológico dos interlocutores é distinto), temos que incorporar o *equivoco* como elemento constitutivo da linguagem. (PICANÇO, 2006, p.179)

Os pontos de deriva referidos são os de equivocação, de deslizamento, de deslocamentos, de chiste, de surpresa, do inesperado, os que provocam um estranhamento do dizer em relação ao próprio dizer (MARIANI, 2007, p.225). Segundo a autora, grande parte do projeto teórico da AD consiste em trabalhar conceitualmente o fato de que inconsciente e ideologia se encontram materialmente ligados na ordem significante da língua, de modo que “a língua é inatingível, pois nela se apresentam pontos de resistência à univocidade, resistência às tentativas de domesticação dos sentidos”. (p. 222).

Embora a AD reconheça haver pontos de deriva nos enunciados, há o reconhecimento do caráter formal da língua – lugar material onde se realizam os efeitos de sentido, conforme Gadet e Hak (1997, p.172). Todavia, com essa perspectiva teórica também se passa a compreender o fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, no nível linguístico, mas no extralinguístico: o discurso. Por conseguinte, a língua é estrutura, não fechada em si mesma; por isso, está sujeita à história, ao ideológico e ao inconsciente e, logo, sujeita a falhas.

No artigo “Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação”, Leandro Ferreira (1988, p.204-205) argumenta que imperam nos domínios do estudo da linguística três conceitos: transparência, univocidade, regularidade da língua. A transparência liga-se à concepção de língua como instrumento, veículo de pensamento; faltam-lhe, no entanto, o viés da historicidade

e o conteúdo ideológico.

Na univocidade parece reinar uma sintonia perfeita entre formas e sentidos, de tal modo que parece haver uma correspondência estreita entre as estruturas e as interpretações. A regularidade é noção compatível com um mundo lógico reduzido; a língua é um conjunto homogêneo, cujos elementos estabelecem relações previsíveis e ordenadas. Parece não haver lugar nesses conceitos para o equívoco, para a ambiguidade ou o duplo sentido.

Quanto à ambiguidade, é produzida, segundo Gadet e Pêcheux (2004, p.32), pois “toda língua é afetada por uma divisão que se sustenta pela existência de um impossível, inscrito na própria ordem da língua”. De forma semelhante, Leandro Ferreira (1988, p.206) aborda o “efeito de opacidade inerente ao texto [...] é provocado pelo encadeamento sintático que dá suporte e sentido às construções linguísticas”. É pela língua que

o simbólico faz irrupção diretamente no corpo, as palavras tornam-se peças de órgãos, pedaços do corpo esfacelado que o ‘logófilo’ vai desmontar e transformar para tentar reconstruir ao mesmo tempo a história de seu corpo e a da língua que nele se inscreve [...] persegue sem trégua o laço umbilical que liga o significante ao significado, para rompê-lo, reconstruí-lo ou transfigurá-lo. (GADET; PÊCHEUX, 2004, p.45)

Leandro Ferreira (1999, p.61-62) lembra que a concepção de sintaxe como lugar de observação tem base teórica em Milner (1989), o qual estabelece três conceitos: dispositivo de língua, propriedade de língua e observatório. O conceito de dispositivo funciona na captação do que constitui o real da língua: a epistemologia do dispositivo que capta o real deve supor uma estrutura que comporte os furos, que admita a falta como constitutiva da língua. Por sua vez o conceito de propriedade da língua determina a atribuição de valores definidores da especificidade linguística, e

o conceito de observatório do discurso tem uma dimensão espacial e funciona como um lugar privilegiado de observação dos fenômenos da linguagem. Nesse sentido, a sintaxe é vista pela AD como observatório dos discursos, tendo em vista que permite uma análise e uma manipulação sintática dos enunciados.

Também a sintaxe, como lembra a autora (1999, p.62-63), mobiliza tanto a noção de organização implícita quanto a de construção teórica. Como organização implícita, não há língua sem sintaxe, pois a organização das palavras não é aleatória; como construção teórica, a sintaxe afasta desse nível mais usual e pode se aproximar do que é próprio da língua, na acepção de Milner (1989). Tem-se, então, a passagem da organização para a ordem da língua. Leandro Ferreira considera que é

possível jogar na sintaxe com o plano do imaginário (nível de organização da língua) e com o plano de simbólico ( ao nível da ordem do discurso). [...] tanto se pode brincar com as regras (dentro do seu ordenamento estabelecido), quanto se pode brincar sobre elas (buscando subvertê-las). (1999, p.64)

Assim, nas acepções do real da língua, do real da história, estão presentes os traços da incompletude e da não-sistematicidade inclusive no sujeito. Ainda que preservando a noção de sistema e de estrutura, há alterações caras à linguística, o que se deve, em parte, ao atravessamento da psicanálise<sup>9</sup>, levando em conta as faltas e as falhas da estrutura, e ao trabalho da ideologia, com seu ritual de assujeitamento, também não isento de falhas. Por essas brechas e por essas bordas, entram em cena o equívoco, o sujeito do inconsciente e a contradição, as

---

<sup>9</sup>A teoria psicanalítica afeta a AD na medida em que exerce influência na construção do conceito de sujeito. O conceito de sujeito homogêneo sofre alterações segundo os estudos do inconsciente por Freud, uma vez que o homem está dividido entre o consciente e inconsciente.

materialidades do próprio discurso.

Em *Discurso: estrutura ou acontecimento* Pêcheux (1997b) reconhece o caráter estrutural do discurso ao concebê-lo como um sistema que se acessa e ao qual se desvela por suas falhas. Duas ideias fazem parte das formulações de Michel Pêcheux: a de que a língua é um sistema e possui, portanto, uma organização, o que justifica o vocábulo do título do livro “estrutura”, e a de que a língua é uma instituição social, logo um “acontecimento”, uma vez que o sentido que decorre dessa estrutura não é compreendido como uma unidade fixa, já que é histórico e, por isso, pode deslizar para outro. Assim, o discurso se dá no entrecruzamento desses dois caminhos. O caráter sistêmico e social forma a base do pensamento pecheuxtiano sobre os processos discursivos, levando-o a propor um novo objeto teórico – o discurso –, o qual funde a língua (como sistema), o sujeito e a história.

No conceito de língua marca-se, também, a impossibilidade da completude da língua, com a elaboração do conceito de “alíngua” (MILNER, 1987). “Alíngua” é um termo lacaniano para explicar a falta; é aquilo que a língua não pode dizer. Assim, a “alíngua é, em toda língua, o registro que a consagra ao equívoco”, ou seja, é pela alíngua que se faz a incompletude da língua (p.15). Logo, a linguística, tida como ciência autônoma, revela sua incompletude.

Por isso, o discurso é novo objeto de estudo, não mais puramente linguístico, porque não é com a univocidade entre formas e sentidos que a AD trabalha, mas com uma língua estruturada no simbólico, que comporta também o não-sistematizado, o furo, a falha. É considerada a complexidade desse fenômeno da língua que o estudo se organiza: uma língua não transparente, em que não se garante mais o entendimento pleno apenas por meio do código. Assim, ao se afastar

da noção estrita de língua como código, a AD convoca elementos exteriores, como os interlocutores e o contexto histórico-social, significando, desse modo, que a língua é constituída da exterioridade, a qual desestabiliza o código.

### Considerações finais

Se língua, para Saussure, é um sistema, objeto bem definido, conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a um sujeito compreender e fazer-se compreender, para a AD a língua não aparece mais como sistema abstrato, como um código ou instrumento de comunicação, mas como “estrutura e acontecimento”, de acordo Pêcheux. Logo, falar de língua como estrutura e acontecimento significa falar sobre formas de representação do sujeito e sobre ideologia, ou seja, verificar as transformações da língua significa não apenas considerar as mudanças em seus aspectos cronológicos, mas numa perspectiva histórico-social, por meio da qual o sujeito se subjetiva.

Nesse sentido, a articulação entre a materialidade linguística e a materialidade histórica é vista como uma tendência de plausibilidade científica pela AD, não em sentido de interdisciplinaridade, mas porque toca nas questões de linguagem pelo viés do simbólico, do ideológico e do político. “Contudo, tocar nesse ponto conduz-nos a outros ‘continentes’ e torna-nos errantes de nossas buscas, de modo que o não-dito, o esquecido e o silenciado não se tornem barreiras nem fronteiras ao trabalho da interpretação” (SCHONS, 2006, p. 167).

Há no conceito de língua como acontecimento uma recusa à teoria de

“qualquer metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu dizer” (PÊCHEUX, 1997a, p.311), uma vez que põe em jogo um conjunto de relações e práticas. Esse deslocamento no estudo de língua é importante, pois considera o processo sócio-histórico na produção de sentidos. Para pensarmos a relação do processo sócio-histórico com os processos discursivos é preciso pensar a linguagem como produto simbólico e imaginário, uma vez que é pelo efeito ideológico que vamos encontrar sujeito e discurso em processos de contínua constituição e nas suas diferentes formas de representações.

A AD não opta, portanto, por um trabalho com a língua, pela estabilidade entre significante e significado, assim o equívoco é compreendido pela AD como constituinte da língua, é analisado e trabalhado, não simplesmente evitado, e é o sujeito que mobiliza as relações de significação. Desse modo, para Pêcheux (1997b), a AD não só desloca a reflexão dos estudos linguísticos da dicotomia língua/fala, proposta por Saussure, como também não reconhece o paradigma cognitivista proposto por Chomsky, cujo cientificismo da sua gramática gerativa busca explicar somente os aspectos de competência/desempenho da linguagem como se a língua fosse um órgão mental. O paradigma cognitivista deixa de lado o contexto social em que está inserida a linguagem, o que desistoriciza o sujeito. A língua deixa de ser vista como sistema abstrato e para ser concebida como um sistema que demarca o social, histórico e o ideológico.

## Referências

DORNELES, Elizabeth Fontoura. O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora sagra Luzzatto, 1999. p. 149 -172.

GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad.: Bethânia S. Mariani et al. 3. ed. Campinas Unicamp; 1997.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Trad. Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Melo. Campinas: Pontes, 2004.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (Org.); **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes. 2006. p. 81-103.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. Linguagem, ideologia e psicanálise. **Estudos da Língua (gem)**, Vitória da Conquista: Edições Uesb, v.1, p.69-76, 2005.

\_\_\_\_\_. Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In: Eni Puccinelli Orlandi (Org.) **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998. p. 201 - 208.

\_\_\_\_\_. O lugar da sintaxe no discurso. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra, 1999, p.60-66.

MARIANI, Bethania. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. **Gragoatá**. Niterói, n. 5, p.87-95, 1988.

\_\_\_\_\_. Silêncio e metáfora, algo para se pensar. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.) **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p.213-228.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MITTMANN, Solange. A formação do leitor: o que o ensino de gramática tem a ver com isso? In: CAZARIN, Ercilia Ana; RASIA, Gesualda dos Santos (Org.). **Ensino e aprendizagem**: língua portuguesa. Ijuí: Unijuí, 2007. p. 81-105.

ORLANDI, Eni Pucinelli. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA (Org.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 75-88.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996b.

ORLANDI, Eni Pucinelli et al. **Sujeito & discurso**. São Paulo: Editora da PUC – SP-SP, 1988 (Série Cadernos PUC -31).

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996a.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

Pêcheux, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997b.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito de uma análise automática do discurso: atualização e perspectiva. In: GADET, Françoise e HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução a Obra de Michel Pêchux. Tradutores: Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

Pêcheux, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação o *óbvio*. Trad. Eni Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995.

PICANÇO, Deise Cristina de Lima. **Discurso, linguística e história**: diálogos entre a linguística e a teoria da história através da análise do discurso. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Em torno de observações para uma teoria geral das ideologias de Thomas Herbet. **Estudos da Linguagem**, Vitória da Conquista: Uesb, n.1, p.15-21, 2005.

SCHONS, Carme Regina. **Adoráveis revolucionários**: produção e circulação de prática político-discursivas no Brasil da Primeira República, Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. 2006